ATA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2018.

PRESIDENTE: VEREADOR LEO PRATES

1º SECRETÁRIO: VEREADOR TOINHO CAROLINO

2º SECRETÁRIO: VEREADOR HÉLIO FERREIRA *(ad hoc)*

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, CLÁUDIO TINOCO, DANIEL RIOS, DUDA SANCHES, FÁBIO SOUZA, FELIPE LUCAS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, IGOR KANNÁRIO, IREUDA SILVA, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LEO PRATES, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROGÉRIA SANTOS, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TIAGO CORREIA e TOINHO CAROLINO, estando licenciados os vereadores EDVALDO BRITO e SIDNINHO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 434/18 do Gabinete do Prefeito devolvendo autógrafos dos Projetos de Lei n.s. 367/2017, 542/2017, 578/2017, 601/2017, 617/2017, 4/2018, 20/2018, 23/2018, 72/2018, 87/2018, 89/2018,110/2018, 111/2018, 112/2018, 113/2018, 114/2018, 115/2018, 116/2018, 117/2018, 118/2018, 119/2018, 120/2018, 121/2018, 134/2018 e 215/2018, os quais,

sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 9.384 a 9.408/18; Ofícios n.s. 11.541/2018, 11.546/2018, 11.551/2018, 11.554/2018, 11.562/2018, 11.570/2018, 11.577/2018, 11.581/2018, 11.584/18, 11.587/2018, 11.590/2018, 11.593/2018, 11.598/2018, 11.601/2018 e 11.605/2018 do Gabinete do Governador do Estado em resposta a pleitos de vereadores; Projetos de Resolução n.s 98/18 do vereador Moisés Rocha e 99/18 da Mesa Executiva; e Requerimento de licença de vereador. Terminada a leitura do Expediente, no **Pinga-Fogo**, o vereador Luiz Carlos Suíca lembrou os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU, no dia anterior, e relacionou o fato à perda de direitos que observava na realidade brasileira, especialmente com relação aos negros e cidadãos das periferias. Também se referiu à prisão do ex-Presidente Lula, criticando o juiz responsável, e aos oradores da Tribuna Popular do dia anterior, bem como aos dois membros do MST assassinados dias atrás. Em aparte, o vereador Moisés Rocha se associou e criticou a falta de espaço para o negro na cultura da Cidade, enaltecendo o valor dos blocos afros e congêneres. O orador incorporou a crítica do aparteante. O senhor presidente informou que o vereador Sidninho estava hospitalizado em decorrência de um acidente a cavalo. Em seguida, foi votada e aprovada a licença do vereador Sidninho (10 a 12 de dezembro). O senhor presidente consultou a Líder de Oposição, vereadora Marta Rodrigues, sobre a possibilidade de inversão da pauta, e ela respondeu que deveriam ser mantidos os discursos em curso. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal, líder do Governo, propôs que a inversão se desse após o Pinga-Fogo, o que foi aceito pela Oposição. Na Tribuna, o vereador Sílvio Humberto, também lembrando a Declaração da ONU, destacou a contradição de uma Cidade negra não ter o negro como protagonista. Defendeu que a Cidade, em vez de se voltar às coisas, fosse voltada às pessoas, e criticou a educação no País, apontando a falta de um projeto verdadeiro. Pediu empatia entre o prefeito e os munícipes e apontou o racismo como fator estruturante em Salvador, o que via acontecer, também, na cultura. O vereador Teo Senna comentou sobre a movimentação de

policiais e, também, de outros servidores estaduais, dizendo que alguns desses últimos chegaram a invadir a Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), contra as recentes medidas do governador, que definiu como um "pacote de maldades". Lembrou de observação que fizera sobre os problemas do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (Planserv), que sofrera redução de recursos pelo Governo, e apontou e criticou as medidas do governador. Em aparte, o vereador Cezar Leite elogiou o orador; contou sobre servidores estaduais impedidos de se manifestar; e reiterou referência ao Planserv. Em seguida, em atendimento ao acordo para inversão de pauta após o Pinga-Fogo, para se realizarem as votações previstas, o senhor presidente determinou a verificação nominal de *quorum*, a qual apurou a presença de 35 vereadores. Na **Ordem do Dia**, foi inicialmente apreciado o Projeto de Lei n. 309/18, do Fundo Municipal de Mobilidade Urbana (FMMU). Em discussão, a vereadora Marta Rodrigues lembrou que o vereador Hélio Ferreira apresentara Projeto de Indicação semelhante ao que era discutido e comentou sobre seu Voto em Separado, na Comissão de Finanças, sobre este Projeto do FMMU. Expôs sobre as finalidades declaradas no Projeto, sublinhando sua preocupação com as receitas que comporiam o Fundo, as quais seriam, em parte, compostas por outorga onerosa e multas às concessionárias, possibilidades que considerou problemáticas. Tratou sobre conselho a ser criado, observando que os conselhos da Cidade não foram escutados sobre o Projeto. Lembrou as audiências participativas promovidas pelo edil Hélio Ferreira, que resultaram em Emendas, as quais foram rejeitadas. Questionou sobre a previsão de câmara temática e analisou os modais da Cidade. Questionou ainda a criação de cargos em comissão, defendendo que servidores exercessem essas funções, como o Supremo Tribunal Federal (STF) entendia, e sobre os impactos financeiros, que não eram estimados. O vereador Hilton Coelho enalteceu os educadores presentes e passou a analisar a criação do FMMU, lembrando Fundo anterior, também voltado à mobilidade urbana, o qual envolveu a renúncia de 400 milhões. Disse que a mobilidade nunca foi discutida, apontando

possíveis causas disso, como a possibilidade de tal discussão revelar a falta de trabalho e de educação na Cidade. Criticou as ações do prefeito, que não envolveram a redução do valor das tarifas, o que levou pessoas a andarem a pé. Disse que o empresariado era beneficiado, inclusive pela falta de transparência sobre a mobilidade, e expôs que o conselho a ser criado seria gerido por secretários, contrariando-se a previsão legal de gestão participativa. Afirmou que a sociedade civil reagiria, como ocorrido com o *Movimento Passe-Live*. O senhor presidente informou que o vereador licenciado Vado Malassombrado tivera alta do hospital em que estava. O vereador Hélio Ferreira disse que o Fundo existia em outras cidades e lembrou o seu Projeto de Indicação assemelhado, explicando que ele propusera correções, as quais detalhou, dando o exemplo das tarifas sociais para estudantes, desempregados e outros, que se deslocavam a pé. Contou sobre audiência pública em que essas e outras demandas foram levantadas e disse que a frota atual estava sucateada, defendendo ônibus com ar-condicionado e outros recursos. O senhor presidente elogiou o vereador Hélio Ferreira pela atuação e pelo Projeto de Indicação. O vereador Luiz Carlos Suíca associou-se ao vereador Hilton Coelho e enalteceu o papel dos conselhos, não-ouvidos na construção do Projeto. Observou que a crise econômica do País se abatia na Cidade e nas empresas de transportes, que deixavam de cumprir obrigações como a renovação da frota. Contou ter indagado ao secretário Fábio Mota sobre o momento de apresentação do Projeto e defendeu auditoria precedendo sua votação. Criticou o prefeito por rejeitar projetos como o do vereador Hélio Ferreira e, depois, apresentar projetos similares, não dando o devido crédito à CMS. Em aparte, o vereador Moisés Rocha se solidarizou ao vereador Hélio Ferreira e considerou o Projeto em debate um "remendo" sobre erros anteriores, criticando a outorga onerosa. O vereador Luiz Carlos Suíca declarou apoio à atuação sindical do vereador Hélio Ferreira e pediu fiscalização sobre o Fundo a ser criado. Encerrada a discussão, subiu à Tribuna o vereador Paulo Magalhães Júnior, para emitir Parecer conjunto pelas Comissões de Constituição e Justiça

(CCJ), de Transportes, e de Finanças e Orçamento, sobre as cinco Emendas ao Projeto. O Parecer foi favorável apenas à Emenda n.1, tendo sido, para as Emendas n.s 2 a 5, pela rejeição. Colhidos os votos nas três Comissões, o Parecer foi aprovado. Submetida ao Plenário, a Emenda n.1 foi aprovada. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 309/18 foi aprovado, até a Redação Final, com sua Emenda, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Carlos Muniz, Hilton Coelho, José Trindade, Marta Rodrigues e Sílvio Humberto. Em seguida, foi apreciado o Substitutivo ao Projeto de Lei n. 297/18, do Conselho Municipal de Bem-Estar, Proteção e Defesa dos Animais. Em discussão, a vereadora Ana Rita Tavares elogiou os militantes da causa animal que realmente atuam. Comentou sobre Projeto de Indicação seu para a criação de conselho que atenderia aos que trabalhavam, havia muitos anos, na questão animal, e que envolvia um fundo. Disse que o Projeto em discussão trazia inconstitucionalidade e expôs sobre as demandas de atendimento aos animais, que não contavam com hospital. Disse ainda que apenas três ONGs de proteção animal haviam sido contempladas no Projeto e indagou quais seriam elas, afirmando que o prefeito não ouvira ONGs tradicionais. Criticou a falta de rodízio entre essas três ONGs, considerando que elas poderiam ser figurativas. Comentou sobre a criação de cargos em comissão em Secretaria, lembrando o acesso a cargos públicos por concurso, e indagou sobre a presença de militantes tradicionais nesses cargos. Apelou para que a Casa rejeitasse o Projeto. O vereador Orlando Palhinha disse que respeitava o posicionamento da vereadora Ana Rita Tavares, mas entendia que era momento de todos os segmentos se unirem pelo Projeto. Parabenizou as vereadoras Marcelle Moraes e Ana Rita Tavares, pedindo à segunda que aderisse ao Projeto posto, e afirmou a responsabilidade do prefeito, esclarecendo que os órgãos criados não eram para alguns, mas, para todos. Em aparte, o vereador Tiago Correia parabenizou o orador e comentou sobre o descontrole no nascimento de animais em áreas carentes. O orador reiterou sua defesa ao Projeto e agradeceu ao prefeito, que levava investimento de 507 milhões do Banco

Mundial aos bairros do Subúrbio, relativo ao Mané Dendê. A Sessão foi prorrogada por três horas. A vereadora Aladilce Souza elogiou os militantes de ONGs dedicadas a animais e, também, as vereadoras Ana Rita Tavares e Marcelle Moraes. Contou sobre o trabalho da CCJ sobre este Projeto, pedindo que as Emendas elaboradas fossem acolhidas, especialmente, a relativa ao Conselho Animal, cuja criação defendeu, observando atender a um imperativo constitucional sobre a participação popular. Afirmou que o formato previsto para esse Conselho era inconstitucional, razão de se propor essa Emenda, e indicou as partes que deveriam compor o órgão. Disse que outra Emenda se dirigia à criação de cargos e apontou a exigência de o prefeito indicar as funções e remunerações desses cargos, sob o risco de o Tribunal de Conta dos Municípios (TCM) se posicionar de modo contrário. Informou que o Projeto da *Escola sem Partido* fora arquivado no Congresso Nacional. O vereador Duda Sanches parabenizou o prefeito e a vereadora Marcelle Moraes pelo Projeto e elogiou a Casa por abraçar a causa animal, cuja importância ressaltou, assim como a do conselho a ser criado. Comentou sobre os animais na Cidade que seriam objeto dessa inovação. Em aparte, o vereador Paulo Câmara disse que a questão animal era tratada com responsabilidade e comentou sobre Projetos seus a relativos a isso, elogiando o Projeto em discussão. Defendeu a criação de uma secretaria, inclusive para ampliar a participação dos envolvidos na causa animal. O orador empenhou a sua bancada na questão animal. O vereador Hilton Coelho comentou sobre as iniciativas a respeito da proteção animal que tiveram problemas, mas levaram a que os protetores atuassem. Expôs sobre as leis orçamentárias e a necessidade de previsão, nelas, de dotações para ações sobre animais, inclusive quanto à criação de cargos pelo Projeto. Apontou o que via de problemático no conselho a ser criado e defendeu, em vez de comissionados, a atuação de servidores efetivos nos cargos. Declarou que seu voto seria favorável ao Projeto, mas ressalvou aquilo que deveria ser corrigido em seu entendimento. Elogiou o arquivamento do Projeto da *Escola sem Partido*. A vereadora Marta Rodrigues comentou sobre o

Projeto da *Escola sem Partido*, elogiando o seu arquivamento. Sobre o Projeto em discussão, reiterou observação sobre não se ouvirem os conselhos. Em aparte, o vereador Henrique Carballal lembrou que ele e a oradora tiveram origem na luta estudantil por direitos e disse que o Projeto consolidava um bom modelo, que poderia ser aprimorado com o tempo. Afirmou que a Prefeitura estava aberta quanto a isso. A vereadora Marta Rodrigues também elogiou as vereadoras Ana Rita Tavares e Marcelle Moraes, e disse que a criação de conselho era uma luta da sociedade civil, observando que, embora o poder público tivesse *expertise*, era fundamental a atuação da sociedade em questões a ela relativas. Pediu votação artigo por artigo para o Projeto. Defendeu a alternância na atuação de entidades e apontou a falta de estimativa de gasto para os cargos a serem criados, entre outras ausências. O vereador Luiz Carlos de Souza elogiou as duas vereadoras defensoras da causa animal, sobre a qual, disse que todos tinham alguma ligação. Lamentou o abandono de muitos animais, atribuindo-o à falta de responsabilidade de pessoas que se propunham a criá-los. Elogiou a aprovação de Projeto, na Câmara de Deputados, que elevava a pena para maus-tratos em animais e mencionou a figura bíblica de Noé. Lembrou seu trabalho para a Casa aprovar a criação do Conselho Municipal da Juventude, relacionando isso ao Projeto atual, e declarou o apoio do PRB ao Conselho Animal, afirmando que ele institucionalizaria o debate. Em aparte, o vereador Sabá parabenizou o orador e as vereadoras da causa animal, e registrou a presença de deputado estadual. A vereadora Marcelle Moraes saudou os ativistas da causa animal e demais presentes, o que estendeu ao seu irmão, deputado estadual Marcell Moraes. Disse que o Projeto era, acima de tudo, dos animais, independente de "lados" ou partidos, e que promoveria qualidade de vida para eles. Enumerou diversas ações que seriam possibilitadas com a aprovação do Projeto, como os resgates de animais, de pequeno e de grande porte, e o trabalho das ONGs sérias. Criticou os que trabalham em benefício próprio, à sombra dos outros. Historiou as eleições sua e de seu irmão, e declarou o empenho de ambos na causa animal. Em aparte,

a vereadora Rogéria Santos declarou adesão à causa animal e rejeitou falácias a ela relativas, defendendo a luta dos edis a respeito, afirmando que tal luta não era pessoal e declarando apoio ao Projeto. A oradora pediu a união de todos os edis pela causa, que disse ser pela vida. Concluiu lendo citação bíblica sobre Noé e elogiando o prefeito. O senhor presidente contou ter conhecido a causa animal através da vereadora Ana Rita Tavares e do então vereador Marcell Moraes, declarando sua felicidade em ver a causa crescendo. Parabenizou a vereadora Marcelle Moraes pelo Projeto. Encerrada a discussão, subiu à Tribuna o vereador Paulo Magalhães Júnior, para emitir Parecer conjunto pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças e Orçamento sobre as três Emendas ao Projeto. O Parecer foi favorável às Emendas n.s 1 e 2, tendo sido, para a Emenda n. 3, pela rejeição. Colhidos os votos nas duas Comissões, o Parecer foi aprovado. Submetidas ao Plenário, as Emendas n.s 1 e 2 foram aprovadas. Encaminhou voto a vereadora Marta Rodrigues, reiterando pedido para votação por artigo e liberando a votação da bancada. O senhor presidente aceitou o pedido de votação artigo por artigo. Após discutido e votado, o Substitutivo ao Projeto de Lei n. 297/18 foi aprovado, até a Redação Final, com suas Emendas, e com os votos contrários, apenas aos artigos 2º, 6º, 17, 18, 19 e 20, dos vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Hélio Ferreira, Hilton Coelho, José Trindade, Luiz Carlos Suíca, Marta Rodrigues e Sílvio Humberto. Em seguida, passou-se à apreciação do Projeto de Lei n. 291/18, referente ao projeto *Pé na Escola*. Em discussão, o vereador Luiz Carlos de Souza contou sobre reunião que realizou com gestores de escolas privadas sobre o Projeto, na qual alguns apresentaram sugestões que eram objeto de Emenda para incentivo fiscal, no pertinente Projeto, a ser votado no dia seguinte, e que consistia em isenção para o ISS. Explicou que o Projeto era destinado a crianças que não tiveram oportunidade de ingresso em escola, dizendo que o modelo não era o ideal, mas era usado em alguns países e seria uma medida positiva. Declarou voto favorável do PRB, expondo sobre a atuação do partido na Educação, e discorreu sobre dificuldades na Educação que

levaram ao Projeto. Explicou a situação das escolas particulares que tornaram necessária a isenção para a efetivação do Projeto. A Sessão foi prorrogada por 30 minutos. A vereadora Aladilce Souza enalteceu os educadores e sua movimentação, vista em audiência pública recente, e criticou o prefeito pelo Projeto, afirmando que ele transferia para o setor privado sua responsabilidade. Afirmou que o Projeto prejudicava crianças e gestores, e que o secretário de Educação não dialogava. Expôs sobre aumento no valor de contratos, considerando que se transferiam recursos públicos para o setor privado. Historiou a gestão municipal no tocante à Educação, avaliando que o prefeito não agira no momento certo e trazia este Projeto no momento. Em aparte, o vereador Henrique Carballal mencionou os programas do Governo Federal sobre Ensino Superior, afirmando que as críticas caberiam também a eles. A oradora afirmou que as situações diferiam, pois o Município atuava na Educação Infantil, na qual os impactos eram para toda a vida. Pediu a suspensão da votação e a abertura de mesa de discussão com composição múltipla. A vereadora Marta Rodrigues saudou os educadores presentes e afirmou que o Projeto tirava as crianças da escola. Lembrou Termo de Ajuste de Conduta (TAC), no início da atual gestão municipal, com o Ministério Público (MP), no qual se prometera o ingresso de mais de 26 mil crianças, o qual foi cumprido apenas com 4 mil crianças. Apontou falta de compromisso do prefeito com a Educação e pediu a não-aprovação do Projeto. Parabenizou o vereador Sílvio Humberto pelo voto dado na Comissão de Educação e disse que a Educação municipal estava sendo privatizada. Lamentou que as Emendas da Oposição ao Projeto não tivessem sido acatadas. O vereador Sílvio Humberto defendeu a educação pública de qualidade e apontou a ausência de plano para a Educação municipal, mencionando medidas anteriores da Prefeitura. Lembrou a posição contrária, dele e dos outros membros da Oposição, a essas medidas, e expôs que, em seguida, elas redundaram em prejuízo. Detalhou algumas das ações mencionadas, como o projeto *Primeiro Passo*, e disse que a gestão agia através de tentativa e erro, porque não se importava com as crianças e

não ouvia os educadores. O vereador Hilton Coelho enalteceu os educadores presentes e comentou sobre o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) na Cidade, afirmando que isso existiu apesar das ações da Prefeitura, as quais enumerou e criticou. Defendeu que fossem construídos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) em vez de um Projeto como este e afirmou que as instituições privadas não poderiam fazer algo de bom para as crianças. Refutou os números da Prefeitura sobre a demanda na Educação e o modo como ela tratava os vereadores. Declarou o voto contrário do PSOL. Encerrada a discussão, subiu à Tribuna o vereador Paulo Magalhães Júnior, para emitir Parecer conjunto pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Educação, e de Finanças e Orçamento, sobre Emenda ao Projeto. O Parecer foi favorável à Emenda. Colhidos os votos nas três Comissões, o Parecer foi aprovado. Submetida ao Plenário, a Emenda foi aprovada. O senhor presidente lembrou que o Projeto derivava de Projeto de Indicação do vereador Alexandre Aleluia. Em seguida, encaminharam voto os vereadores: Ricardo Almeida (a favor, criticando argumentos da Oposição); Felipe Lucas (a favor, criticando argumentos da Oposição); Marta Rodrigues (pedindo votação artigo por artigo e colocando-se contrária a alguns deles e favorável a outros); Hilton Coelho (contra). O senhor presidente aceitou o pedido de votação artigo por artigo. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 291/18 foi aprovado, até a Redação Final, com sua Emenda, e com os votos contrários, aos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11 e 12, dos vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Hélio Ferreira, Hilton Coelho, José Trindade, Marta Rodrigues, Sílvio Humberto e Toinho Carolino. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO